

a agroindústria e reorganização do espaço em Lucas do Rio Verde (MT)



monografia

IFCH UNICAMP

n. 25 - 2016

kelly cristina de moraes camargo

**Agroindústria e Reorganização
do Espaço em Lucas Do
Rio Verde (MT)**

Kelly Cristina de Moraes Camargo

**MONOGRAFIA
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES**

ISSN: 2236-9759

Diretor: Prof. Dr. Jorge Coli

Diretor Associado: Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:

Prof. Dr. Jesus Ranieri

Representantes Docentes

Prof. Dr. Jesus Ranieri

Prof. Dr. Márcio Augusto Damin Custódio

Prof. Dr. Frederico de Almeida

Profa. Dra. Nádia Farage

Profa. Dra. Fátima Évora

Profa. Dra. Tirza Aidar

Prof. Fernando A. Lourenço

Colaboradora

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Representantes Docentes e Discentes

Revista RURIS, Revista CEMARX, Cadernos AEL, Revista RHAA,
História Social, CPA, alunos de Pós-Graduação e Graduação

Representantes dos funcionários

Maria Cimélia Garcia

Samuel Ferreira

Produção editorial e projeto capa

Setor de Publicações do IFCH

Impressão

Gráfica do IFCH

Referência Imagem

Pesquisa de campo em Lucas do Rio Verde, julho de 2015.

Créditos Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo.

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rua Cora Coralina n. 100

CEP: 13083-896 – Campinas – SP

Tel. / Fax.: Livraria (19) 3521.1604 / Publicações (19) 3521.1603

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes>

www.facebook.com/publifch

Kelly Cristina de Moraes Camargo

A Agroindústria e Reorganização do Espaço em Lucas Do Rio Verde (MT)

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo (orientador)

Campinas, 2016

[banca]

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo (orientador)

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

[sumário]

[agradecimentos]	9
[resumo e abstract]	13
[introdução]	17
[capítulo um] – Contexto Histórico	19
1.1 – Centro-oeste	19
1.2 – Lucas do Rio Verde	26
[capítulo dois] – Características Migratórias e Empregatícias do Município	35
2.1 – Migração e Emprego em Lucas do Rio Verde	35
[capítulo três] – Análise das Transformações do Espaço Urbano em Lucas do Rio Verde	43
[considerações finais]	57
[bibliografia]	59

Dedico esse trabalho aos meus pais, os quais me apoiaram incondicionalmente na busca dos meus objetivos. E em memória da minha avó materna, Maria.

[agradecimentos]

Gostaria de expressar o meu muito obrigado ao meu orientador, professor Dr. Roberto do Carmo, em razão da orientação, paciência, dedicação e, principalmente, pela amizade durante os últimos três anos. Obrigada, Roberto, por ter me deixado confortável e por ter acreditado em mim em um momento no qual estava tão incerta quanto às minhas perspectivas futuras.

Agradeço aos meus pais, Darci e Carla, que com determinação, luta e muito amor, tornaram possível o alcance de mais essa etapa na minha formação. Para além de tudo, eles são o alicerce que me sustenta, e aos meus pais eu sou muito grata por serem pessoas maravilhosas que não medem esforços no meu auxílio e proteção. Também digo obrigada a Letícia, minha irmãzinha, por ser minha confidente e fiel escudeira. Agradeço ainda ao meu avô materno, Carlos, e aos meus avós paternos, Adalgiza e Darci, por todo apoio emocional, comidas deliciosas, caronas e tantas outras graciosas sutilezas que eles fazem e fizeram por mim.

Grande parte dessa monografia foi pensada na companhia de uma bebida gelada e dos meus grandes amigos Georgia Lemos, Maria Elisa Venegas, Rúbia Wolf, Marcelo Ceccarelli, Thuany Figueredo, Jean Lucas, e Giovana Pereira, que seguraram a minha barra desde 2010, e em especial em 2014, ano que foi muito incerto em termos pessoais e profissionais. Vocês são os amigos que eu levarei da faculdade para o resto da vida no meu coração.

Agradeço também ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, na pessoa de seu diretor, Prof. Dr. Jorge Coli, pois tive a feliz oportunidade de ter ótimos professores, suporte institucional, conhecer pessoas maravilhosas e adquirir conhecimentos que levarei pelo resto da vida. Agradeço ao NEPO (Núcleo de Estudos de População da Unicamp), o qual compõe uma família científica, competente e inclusiva, que me acolheu de braços abertos. Com um muito obrigado especial ao Grupo de Pesquisa em “População e Ambiente”.

Ao CNPq, agradeço através do projeto PIBIC UNICAMP sob o título “A dinâmica urbana intensa e a agroindústria em Lucas do Rio Verde (MT)” – (Processo CNPq 122953/2013-2014). E também ao CNPq pelo financiamento

do projeto de âmbito maior “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: “follow-up” de Lucas do Rio Verde” (Processo no. 479551/2013-8), do qual faço parte.

Ademais, o meu muito obrigada a todas as pessoas que participaram, contribuindo, direta ou indiretamente, para a realização desse trabalho.

“Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão do conjunto, enquanto a bruma que encobre, cobre os horizontes longínquos, ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor. Seu maior mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis como ele próprio o foi às cores e aos odores das coisas desconhecidas. Mas ele também tem a ambição de organizar todos esses detalhes concretos numa estrutura abstrata, e é sempre difícil para ele (felizmente!) desprender-se do emaranhado das impressões que o solicitaram em sua busca aventureira, é sempre difícil conformá-las imediatamente à álgebra, no entanto, necessária de uma teoria. Anos depois, no momento da reedição, o tempo passou, levando consigo a emoção desse primeiro contato, mas trazendo, por outro lado, uma compensação: pode-se ver melhor a floresta” (ARIES, p., 1981, p. 03).

[resumo]

Lucas do Rio Verde é um município integrante da microrregião mato-grossense de Alto Teles Pires. Tem desde o início sua economia baseada principalmente na produção de commodities como soja e milho. A partir da década de 2000, houve a introdução de importantes complexos agroindustriais no município, sendo o mais eminente deles a empresa Brasil Foods S. A. Esse trabalho de monografia busca compreender como a intensificação das atividades econômicas do município repercutiu no espaço. Entende-se que ocorreram alterações importantes na dinâmica regional, que evidenciaram intensificação da migração; expansão urbana com o rápido surgimento de novos loteamentos e ampliação dos antigos bairros; reorganização do espaço para abrigar a recente diversificação econômica; além de uma potente dinâmica rotatória de organização dessa população. A metodologia consistiu na análise das informações dos Censos Demográficos do IBGE, e análise da pesquisa de campo efetuada em março de 2013, e organizada no âmbito do projeto de pesquisa denominado “Urbanização, Processo de Ocupação Espacial e Sustentabilidade no Cerrado”, de financiamento PIBIC CNPq (Processo CNPq 122953/2013- 2014).

palavras-chave: Soja. Agroindústria. Migração. Centro-Oeste. Reorganização Espacial.

[abstract]

Lucas do Rio Verde is a county integrant of the micro region of Mato Grosso named Alto Teles Pires. Since the begging it's economy is based mainly on the production of commodities like soya and corn. From the decade of 2000, there was the introduction of important agroindustrial complexes in the county, being the most eminent of them the firm Brasil Foods S. A. The intensifying of economical activities brought important alterations on the regional dynamics, that showed the intensification of migration; urban sprawl with fast emergence of new settlements and the expansion of older neighborhoods; besides reorganizing the space to house the recent economic diversification and the powerful rotational dynamics of organization of this population. The methodology consisted of analysis of information from IBGE Demographic Census and analysis of field research conducted in March 2013, and conducted under the research project entitled "Urbanization, Spatial Occupation and Process Sustainability in the Cerrado", (Process CNPq 122953/2013- 2014).

Key Words: Soybeans. Agroindustry. Migration. Brasil's Midwest. Spatial Reorganization.

[lista de tabelas]

Tabela 1 – Taxas de Crescimento Anual da População Residente por Localidade (%) entre 1970 e 2010	22
Tabela 2 – Imigração, Emigração e Saldo Migratório no Centro Oeste entre 1991 e 2010	24
Tabela 3 – População total, urbana e rural nos anos 1991, 2000 e 2010, e crescimento anual da população, por localidade	30
Tabela 4 – Área Plantada e Quantidade Produzida de Soja e Milho por Localidade (1990 a 2012)	32
Tabela 5 – Rendimento médio da produção por localidade, produto e ano	33
Tabela 6 – Número de cabeças de aves e suínos por localidade em 1990, 2000 e 2012	34
Tabela 7 – Migração de Data Fixa por Localidade em 2005/2010	35
Tabela 8 – Ocupação dos setores formais de Lucas do Rio Verde por sexo em 2013	39
Tabela 9 – Movimentação Empregatícia no Setor Formal por Localidade entre Janeiro de 2008 a Junho de 2014	40
Tabela 10 – Composição da População de Lucas do Rio Verde em 2010	42

[lista de ilustrações]

Figura 1 – Mapa da Localização do Município de Lucas do Rio Verde	26
Figura 2 – Grau de urbanização por localidade	31
Figura 3 – Gráfico de Estrutura Etária dos Imigrantes por Localidade em 2005/2010	37

Figura 4 – Gráfico das Razões de Sexos, por localidade, em 2010	38
Figura 5 – Planos diretores de Lucas do Rio Verde dos anos de 2010 e 2012	44
Figura 6 – Imagem do Parque dos Buritis e da Prefeitura de Lucas do Rio Verde	45
Figura 7 – Imagem do Bairro Venturini em Lucas do Rio Verde	45
Figura 8 – Imagem de um domicílio construído em 2006 para o Programa Residencial Valorizando o Educador	47
Figura 9 – Imagem do Bairro Tessele Júnior	48
Figura 10 – Imagem de satélite do município de Lucas do Rio Verde	49
Figura 11 – Imagem de casa em ruínas na Rua Ronda Alta em Lucas do Rio Verde	50
Figura 12 – Imagem do estabelecimento Subway em Lucas do Rio Verde ..	51
Figura 13 – Imagem de Prédio Residencial na Avenida Rio Grande do Sul ...	52
Figura 14 – Imagem de áreas de expansão em Lucas do Rio Verde	52
Figura 15 – Imagem de Praça localizada na Rua Colíder com Ângelo Dall' Alba	53
Figura 16 – Imagem de Centro de ensino na Avenida Rio Grande do Sul ..	54

[introdução]

Essa monografia possui o intuito de analisar introdutoriamente o processo de inserção na lógica agroindustrial pelo qual passa o município de Lucas do Rio Verde a partir da década de 2000. Lucas do Rio Verde é integrante da microrregião de Alto Teles Pires, que está localizada no médio norte do estado do Mato Grosso. O interesse nesse objeto de pesquisa provém da observação de intensas mudanças estruturais no espaço municipal com a transformação de uma economia baseada no beneficiamento de commodities (soja e milho) para o processamento industrial de alimentos derivados da carne de animais de criação (especialmente aves e suínos), através da integração na cadeia grão-carne.

Primeiro, elucida-se que no Brasil a soja veio ganhando importância econômica durante as décadas recentes. Nos anos 1970, houve um enorme crescimento da produção da soja na América Latina, o que pesquisadores Alvarez e Carmo (2009) apontam como consequência do aumento da demanda internacional do produto e do elevado preço do grão no mercado de commodities. Em 2009, cinco dos dez maiores produtores mundiais de soja pertenciam à América Latina: Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. O Brasil se elevava ao segundo lugar no ranking mundial de produção, perdendo apenas para os Estados Unidos (ALVAREZ; CARMO, 2009).

A produção da soja no Brasil teve início nos anos 1960 no estado do Rio Grande do Sul, e era realizada em pequenas propriedades através da agricultura familiar e por cooperativas. Na década de 1970, avançou sobre o território brasileiro, mesmo que sua produção ainda continuasse mais intensa no Rio Grande do Sul e no Paraná (SCHLESINGER, 2013; MONTAGNANI; LIMA, 2011; GUIMARÃES, LEME, 2002). Segundo Guimarães e Leme (2002), o cultivo da soja no Centro-Oeste foi resultado de políticas governamentais de beneficiamento dos grãos e adaptação do solo. Com isso, o Centro-Oeste se especializou na agropecuária e vem dominando o mercado de soja e milho. Em 2013, o maior produtor brasileiro de grãos, com 32% do total (Conab, 2013), é o Mato Grosso, e 40% dessa produção advém da região do Médio Norte, na qual se localiza o município estudado – Lucas do Rio Verde (MT).

Por conseguinte, Carmo e Lombardi (2012) assinalam que o Centro-Oeste sofreu mudanças advindas do avanço da fronteira agrícola e das inovações tecnológicas. Por exemplo, os lotes foram comprados e unidos em vastos espaços de terra de propriedade de poucos produtores; extensas áreas de vegetações naturais do Cerrado e de Amazônia foram substituídas por plantações e/ou pela pecuária intensiva; e o crescimento da população dessa região foi marcado pelo elevado grau de urbanização.

No que diz respeito ao estado brasileiro no qual se localiza o município Lucas do Rio Verde, o Mato Grosso, Cunha (2006) aponta que mesmo de forma menos intensa, na década de 2000 o estado permaneceu como uma das últimas áreas de fronteira, sendo, portanto, uma alternativa para os fluxos de migrantes. No entanto, o processo de expansão e estruturação espacial da economia agrícola com bases tecnológicas ocorreu reproduzindo desigualdades e contradições impostas pela financeirização e mundialização das produções (VOLOCHKO, 2013).

É importante salientar que o cultivo dos grãos em si ao ser mecanizado e se tornar extensivo não necessita de grande quantidade de mão-de-obra, pois não cria um número significativo de postos de trabalho, não incentivando a migração. A situação se torna diferente quando a atividade é organizada junto de indústrias, ou seja, quando a economia da localidade se torna agroindustrial; uma vez que esta organização produtiva demanda grande quantidade de mão-de-obra, fomentando a migração e expandindo as cidades. É por isso que Lucas do Rio Verde (MT) tem chamado a atenção, com um rápido desenvolvimento, num primeiro momento baseado na força econômica da soja e do milho, depois ampliando esse cenário com a chegada de grandes empresas integradoras da produção de grãos, aves e suínos; as quais incentivaram também a vinda de outros tipos de indústrias, especialmente das indústrias de transformação (VOLOCHKO, 2013). A agricultura aliada ao processo industrial transforma as relações de trabalho, como também expande o urbano e controla a sua reorganização espacial.

[capítulo um]

Contexto Histórico

1.1 – Centro-oeste

Não é possível entender as condições de produção da agroindústria em um município do norte do Mato Grosso, sem entender o contexto regional no qual o município foi criado e se tornou apto a abrigar essas condições. Dessa forma, Guimarães e Leme (2002) afirmam que o impulso para a introdução da agroindústria no Centro-Oeste foi dado por políticas nacionais de colonização iniciadas na década de 1930. O governo de Getúlio Vargas construiu rodovias e ferrovias e eliminou as barreiras alfandegárias para facilitar o comércio entre as regiões do país. O Plano de Metas também foi importante ao modernizar as vias de transporte, base energética e telecomunicações. As políticas colonizadoras foram potencializadas durante o governo militar oriundo do Golpe de 1964; com a criação de vários órgãos de desenvolvimento, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com o intuito de desenvolver as diversas Regiões do território (CANO, 1998 In MONTAGHNANI; LIMA, 2011).

Além disso, Montagnani e Lima (2011) apontam ser importante incluir no panorama que o primeiro passo foi possibilitar o desenvolvimento dos insumos agroindustriais com as políticas de modernização da agricultura desenvolvidas principalmente pela EMBRAPA, as quais iriam transformar o solo do Cerrado num espaço produtor de grãos beneficiados para a exportação, alterando as bases produtivas do Centro-Sul e atualizando a agricultura brasileira a fim de deixá-la ao mesmo nível de países industrializados – aqui se insere a importação do pacote tecnológico intitulado Revolução Verde, com todas as suas potencialidades e seus riscos.

Para Fernandes (2009), foram importantes também os incentivos fiscais e a concessão de terras para aberturas de novas áreas, topografia favorável ao uso de máquinas e equipamentos, políticas de colonização com migração de

agricultores sulistas, e o não reconhecimento dos direitos sobre os territórios tradicionalmente ocupados por posseiros, pequenos produtores, povos indígenas e comunidades extrativistas. Quando se aborda a “colonização de terras” o autor aponta que é sempre uma questão de tensão e de conflitos, porque a região Centro-Oeste, por exemplo, não estava desocupada, e mesmo assim os projetos públicos e privados na verdade previam a expansão capitalista sobre essas terras.

Nesse contexto de políticas públicas com o intuito colonizador, é essencial apontar a importância da integração do Centro-Oeste com a Amazônia para a incorporação de processos produtivos, o que ocorreu por ações como a abertura dos grandes eixos rodoviários, especialmente a BR-163 que liga Cuiabá (MT) à Santarém (PA) (1971-1976). Esta foi um marco representativo de uma ação que repercutiu em efetiva implantação de projetos de colonização (CUNHA, 2006).

Além disso, Montagnhani e Lima (2011) explicam que o capital excedente gerado em São Paulo passou a ser investido em outras regiões brasileiras em busca de novos lucros, porque o mercado no Sudeste e Sul já estava saturado, e necessitava da ampliação da agropecuária para garantir o fornecimento de alimentos e de matérias-primas, para manter os preços, o valor dos salários e, dessa forma, assegurar os investimentos:

Assim, no final dos anos de 1970 surgiram pequenas unidades agroindustriais na Região Centro-Oeste, basicamente construídas por pequenos grupos empresariais locais e regionais. Muitas dessas plantas industriais foram desmontadas das Regiões Sudeste e Sul do país, aproveitando-se de incentivos fiscais como a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (MONTAGNHANI; LIMA, 2011, p. 164).

Trata-se, portanto, de um movimento de reprodução espacial do capital já concentrado no Sul e Sudeste, que vem se reconcentrar no Centro-Oeste (VOLOCHKO, 2013). Segundo Cano (2010), para que o capital agrícola moderno pudesse se desconcentrar do Sul, os novos locais deveriam se transformar estruturalmente com adaptação das relações capitalistas com os trabalhadores, com instituições públicas mais eficientes, infraestrutura social

mínima, e vida urbana melhor organizada. Outro ponto que para o autor apoiaria a introdução do capital moderno seria a Reforma Agrária. No entanto, ocorreu o contrário, porque essa encontrou barreiras políticas, culturais, jurídicas:

Esse movimento de concentração-desconcentração-reconcentração dos capitais entre certas regiões no Brasil passa pela incorporação de novos espaços que articulem cidade e campo para realizar essa lógica, o que implica na transformação e na concentração da estrutura fundiária no campo e nas cidades da região onde isto ocorre (VOLOCHKO, 2013, p. 3).

Santos (1997) afirma que como no Centro-Oeste e na Amazônia a infraestrutura urbana não era muito desenvolvida, e a implementação da materialidade contemporânea foi bem recebida tendo um desenvolvimento mais rápido quando comparado a outras localidades.

Em termos de aumento populacional as políticas governamentais representaram ainda um impulso efetivo nos movimentos migratórios. Em 1970-1980 e 1980-1990 a região apresentou crescimento demográfico considerável (4,05% e 3,01%), sendo que entre a década de 1960-1970 (5,6%) esse crescimento foi mais significativo. A taxa de crescimento geográfico da população, que calcula o incremento médio anual da população, consta para cada década e por localidade na Tabela 1. O resultado foi calculado a partir de dados captados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através do recenseamento demográfico que geralmente acontece a cada 10 anos¹.

¹ O censo da década de 1990 atrasou um ano, sendo realizado em 1991.

Tabela 1 – Taxas de Crescimento Anual da População Residente por Localidade (%) entre 1970 e 2010.

	Crescimento Anual da População (%)				
	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Brasil	2,9	2,5	1,9	1,6	1,2
Norte	2,4	2,2	1,8	1,3	1,1
Nordeste	3,5	3,7	3,9	2,9	2,1
Sul	3,5	2,5	1,4	1,4	0,9
Sudeste	2,7	2,0	1,8	1,6	1,1
Centro-Oeste	5,6	4,1	3,0	2,4	1,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Cabe destacar que o crescimento populacional aconteceu atrelado ao processo de urbanização que tomou forma durante a segunda metade do século XX, transformando a redistribuição espacial da população brasileira (MARTINE, 1987). Em outras palavras, no país, além da concentração da população em áreas urbanas, também aumentou o peso relativo de pessoas residindo em áreas de ocupação mais recente, como Norte e Centro-Oeste brasileiro. Contudo, é imprescindível para a reflexão ter cuidado ao se discutir o processo de urbanização no Brasil. Como afirma Monte-Mór (2006), as fronteiras entre o urbano e o rural são difusas, e atualmente ambos não possuem mais características de referência que sejam originais, ou seja, não são mais conceitos puros. Nesse contexto, Monte-Mór (2006) insere o conceito de “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 2006, p. 10), na qual o “urbano” se impõe no espaço brasileiro para além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao urbano-industrial através da expansão da base material utilizada pela sociedade contemporânea e reproduzida na produção do espaço. Segundo o autor, multiplicam-se as fronteiras urbanas em eixos antigos ou novos – como acontece com o Centro-Oeste. Nesse caso específico, trata-se de desdobramentos do urbano-industrial, onde as regiões agrárias estão articuladas à base agroindustrial.

Nesse sentido, agroindústria representa o conjunto de todas as operações que englobam a produção, processamento, distribuição, e armazenamento de insumos rurais:

Ampla conjunto de atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários, abrangendo a diversidade de produtos processados e beneficiados nos estabelecimentos rurais independentemente da destinação conferida ao produto, do tipo de estabelecimento e do volume processado (IPEA, 2013).

Voltando a tratar do crescimento populacional, como nota-se através da Tabela 1, a população do Centro-Oeste teve um importante crescimento durante o período apresentado (1960-1991). O crescimento demográfico acontece através da interação dinâmica entre o crescimento vegetativo da população (nascimentos menos óbitos) e o saldo migratório (imigrantes subtraídos dos emigrantes). Há inúmeras teorias que buscam a compreensão do fenômeno da migração, mas pouca intercomunicação entre elas. Assim, a migração pode ser estudada através da estrutura ou pelo âmbito do indivíduo, e com várias dimensões de análise (indivíduo, domicílio, região geográfica).

Para Singer (1976), por exemplo, sendo um fenômeno social, as migrações são historicamente condicionadas, como resultado de um processo global de mudança. A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como seu motor principal. Os fatores de expulsão definem as áreas nas quais se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que definem a orientação dos fluxos. Entre os fatores, o mais importante é a demanda por força de trabalho, e as oportunidades econômicas que oferecem remuneração mais elevada do que a qual o migrante receberia na área de origem. Agora para Harbison (1981) *apud* Santos *et al* (2010), por exemplo, a posição do indivíduo dentro da família, o tamanho e a composição dessa, além dos componentes motivacionais, variam de acordo com os estágios do ciclo de vida. Tendo a rede social papel fundamental no suporte ao migrante em seu novo local de moradia.

Dessa forma, na crítica de Barbieri (2007) *apud* Santos *et al* (2010) se nota que o autor sugere que para seu entendimento global, a migração deva ser estudada através de uma abordagem multiescalar, levando em consideração fatores relacionados à dinâmica dos ciclos de vida pessoal e domiciliar, e as motivações pessoais baseadas em fatores contextuais – como à comunidade local, a mudanças estruturais no país, à agenda política (ou geopolítica) e à infraestrutura de transportes e comunicações.

A seguir a Tabela 2 contendo a Migração de Data-Fixa do Centro Oeste para os anos 1986-1991², 1995-2000, 2005-2010.

Tabela 2 – Imigração, Emigração e Saldo Migratório no Centro Oeste entre 1991 e 2010.

	Migração no Centro-Oeste								
	1986-1991			1995-2000			2005-2010		
	Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo
Mato Grosso do Sul	124.046	105.023	19.023	97.709	108.738	11.029	98.972	80.907	18.065
Mato Grosso	226.906	118.332	108.574	166.299	123.724	42.575	143.956	121.589	22.367
Goiás	268.061	156.665	111.396	372.702	169.900	202.802	363.933	156.104	207.829
Distrito Federal	195.233	143.674	51.560	216.200	188.577	27.623	190.422	175.872	14.550

Obs.: Em vermelho o Saldo Migratório negativo, resultante do maior número de emigrações. Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Migração de Data-Fixa compreende uma modalidade metodológica na concepção de migrante que define o tempo (há quanto tempo o migrante se mudou) e espaço (município e UF) ao indagar o local de residência do entrevistado a cinco anos da data de referência do Censo Demográfico. Com a Tabela 2 é possível notar que o Mato Grosso tem sido a segunda localidade do Centro-Oeste com maior Saldo Migratório (diferença entre entradas/imigração e saídas/emigração), ainda que o valor numérico desse saldo tenha diminuído nas últimas três décadas para o estado.

A especificidade do Mato Grosso é que seu processo de ocupação econômica e demográfica é recente e intenso tendo, dessa forma, consequências sobre as transformações da estrutura produtiva e fundiária e à própria dinâmica migratória, ou seja, mesmo que esteja se esgotando, o Norte Mato Grosso permanece como uma das últimas áreas de fronteira agrícola do país (CUNHA, 2006).

Atualmente o Mato Grosso compreende um espaço caracterizado por algumas “ilhas de produtividade do agronegócio” (MONTAGNANI; LIMA, 2011). Segundo Elias e Pequeno (2007), as áreas do território estão

² O Censo Demográfico brasileiro de 1991 foi o primeiro contendo essa modalidade da concepção de migração.

se superando economicamente, especificando e aumentando a complexidade de sistemas técnicos para atender a uma produção globalizada nas várias atividades econômicas inseridas no contexto do agronegócio e, nesse caso, são chamados pelos autores de *agronegócio globalizado*. Quanto mais globalizado se tornam os circuitos espaciais de produção e cooperação, mais as relações entre campo e cidade se tornam complexas levando a uma remodelação do território, crescimento demográfico, e a uma reorganização do sistema urbano.

Os espaços têm sido requalificados para atenderem aos interesses hegemônicos da economia, a lógica global induzida pelo mercado se impõe a todos os territórios e configuram até mesmo as normas públicas, o meio “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1997) é o definidor geográfico da globalização:

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato (SANTOS, 1997, p. 4).

Lucas do Rio Verde pode ser entendido como um município representativo dessas concepções de Elias e Pequeno (2007) e de Santos (1997), pois passou e está passando por adaptações em sua estrutura urbana que objetivam atender às demandas das atividades agropecuárias, tanto quanto ao consumo de máquinas, implementos e insumos, quanto para atender ao consumo urbano de uma população crescente e migrante, uma vez que a tendência nessas “ilhas de produtividade do agronegócio” (MONTAGNHANI; LIMA, 2011) é estabelecer fluxos migratórios intensos, e com saldos migratórios positivos.

1.2. Lucas do Rio Verde

Historicamente, conforme consta no Plano Diretor Municipal de Lucas do Rio Verde do ano de 2007, Francisco Lucas de Barros, Seringalista na extração de borracha nativa, possuía do final do século XIX até os anos 1913/1914 extensas áreas de terras na margem esquerda do Rio Verde, onde atualmente se localiza o município de Lucas do Rio Verde (Figura 1), o qual o homenageia levando seu nome. O senhor Francisco Lucas de Barros deixou a região apenas com o declínio do ciclo da borracha.

se superando economicamente, especificando e aumentando a complexidade de sistemas técnicos para atender a uma produção globalizada nas várias atividades econômicas inseridas no contexto do agronegócio e, nesse caso, são chamados pelos autores de *agronegócio globalizado*. Quanto mais globalizado se tornam os circuitos espaciais de produção e cooperação, mais as relações entre campo e cidade se tornam complexas levando a uma remodelação do território, crescimento demográfico, e a uma reorganização do sistema urbano.

Os espaços têm sido requalificados para atenderem aos interesses hegemônicos da economia, a lógica global induzida pelo mercado se impõe a todos os territórios e configuram até mesmo as normas públicas, o meio “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1997) é o definidor geográfico da globalização:

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato (SANTOS, 1997, p. 4).

Lucas do Rio Verde pode ser entendido como um município representativo dessas concepções de Elias e Pequeno (2007) e de Santos (1997), pois passou e está passando por adaptações em sua estrutura urbana que objetivam atender às demandas das atividades agropecuárias, tanto quanto ao consumo de máquinas, implementos e insumos, quanto para atender ao consumo urbano de uma população crescente e migrante, uma vez que a tendência nessas “ilhas de produtividade do agronegócio” (MONTAGNHANI; LIMA, 2011) é estabelecer fluxos migratórios intensos, e com saldos migratórios positivos.

1.2. Lucas do Rio Verde

Historicamente, conforme consta no Plano Diretor Municipal de Lucas do Rio Verde do ano de 2007, Francisco Lucas de Barros, Seringalista na extração de borracha nativa, possuía do final do século XIX até os anos 1913/1914 extensas áreas de terras na margem esquerda do Rio Verde, onde atualmente se localiza o município de Lucas do Rio Verde (Figura 1), o qual o homenageia levando seu nome. O senhor Francisco Lucas de Barros deixou a região apenas com o declínio do ciclo da borracha.

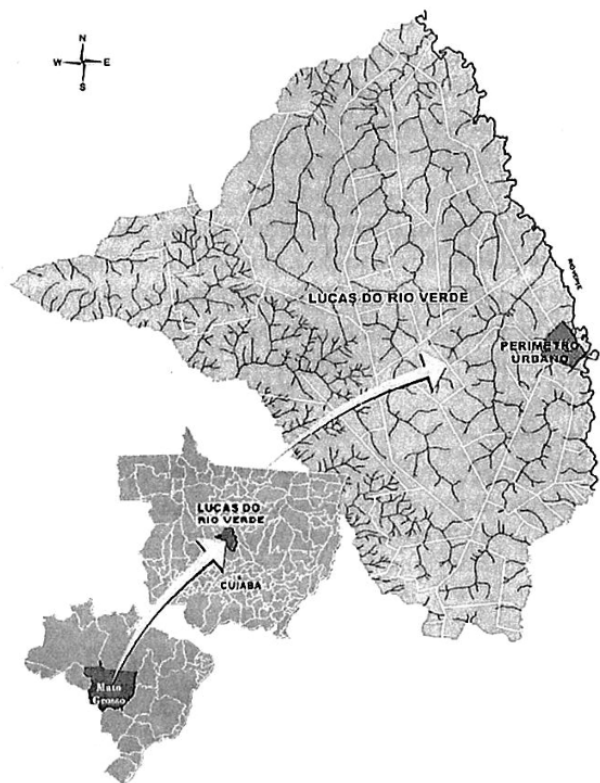


Figura 1 – Mapa da Localização do Município de Lucas do Rio Verde.
Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde, 2007.

Em 1977 o grileiro que se autoproclamava “dono” daquelas terras vendeu lotes de 1.000 a 5.000 hectares para famílias de pequenos produtores do sul que migraram em busca de terras que possibilitassem a sua reprodução social (ROCHA, 2008). Em 1979 os posseiros já formavam 26 famílias. Segundo a economista Rocha (2008) essas famílias se tratavam de descendentes de imigrantes europeus que se fixaram nos núcleos coloniais na região sul do país e trabalhavam com agricultura e com criação de animais de pequeno porte para subsistência; e através do trabalho familiar adquiriram um pequeno patrimônio. O numeroso núcleo familiar e a modernização da

agricultura dificultavam a reprodução social, viabilizando que parte da família migrasse para o Mato Grosso. A autora ainda coloca tais posseiros na categoria “posseiros-empresendedores” em contraste aos “posseiros-camponeses” (que não possuíam capital para investir em modernização), pois afirma que aqueles eram pequenos proprietários que estavam em transição para serem capitalistas. Os posseiros que não enfrentaram o INCRA na justiça pelo direito àquelas terras, e sim fizeram um acordo com a instituição, conseguiram prosperar na região. Inclusive, a autora argumenta que existe a construção no imaginário popular luverdense de que os posseiros foram os desbravadores, os pioneiros do município. Os agricultores não se viam como posseiros: consideravam-se donos legítimos das terras, uma vez que pagaram por ela e possuíam a documentação exigida pelo INCRA para sua regularização.

Aliás, uma das características marcantes é que não se reconhecem como empresários agrícolas, tampouco, como grandes produtores rurais, o que pela extensão de suas terras, pelo alto grau de tecnologia empregado na produção, pela organização do seu empreendimento agrícola é desta forma que usualmente seriam classificados. Ao contrário, se autodenominam como “empresendedores”, mesmo porque, se sentem e são legitimados pelos seus pares como “pioneiros” do município. Assim, a utilização do conceito de empreendedorismo em Lucas do Rio Verde está, do meu ponto de vista, relacionado com a construção do imaginário social em torno da figura do “pioneiro” (ROCHA, 2008, p. 06).

Fora os posseiros, nesse momento histórico só havia no local o 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército que estava abrindo a Rodovia BR 163 ligando Cuiabá a Santarém. Dessa forma, com o intuito de resolver um conflito por terras no município de Ronda Alta no estado do Rio Grande do Sul o Governo federal criou o Projeto Especial de Assentamento de Lucas do Rio Verde que dividiu em lotes de 200 hectares um total de 270.000 hectares, em 1981/1982, instalando 203 famílias parceleiras de Ronda Alta. Mas esse processo não ocorreu sem conflito com os posseiros, e só foi abrandado quando os esses conseguiram o reconhecimento de suas terras (ROCHA, 2008).

Em 1982, o coordenador regional do INCRA e membro da academia mato-grossense de Letras, Dr. Paulo Pitaluga Costa e Silva, fundou o núcleo

urbano de Rio Verde, o qual abrigava apenas algumas casas construídas com auxílio do próprio INCRA, o Posto Estadual de Saúde Pública e o Posto de Abastecimento da Companhia Brasileira de Abastecimento. Em 1985 foi criado o distrito de Lucas do Rio Verde, e em 1986 na Prefeitura Municipal de Diamantino aconteceu a nomeação e posse do sub-prefeito do Distrito de Lucas do Rio Verde, que só foi emancipado em 1988 (PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE, 2007).

No entanto, não houve por parte do Governo federal e nem do INCRA apoio efetivo aos posseiros e aos parceiros, o local não foi contemplado com estrutura pública e nem a promessa de apoio social destinada aos parceiros vindos de Ronda Alta foi implementada (CARVALHO, 2007). O historiador Carvalho (2006) elucida bem a diferença entre esses parceiros e os posseiros através das histórias de vida de mulheres presentes desde a fundação de Lucas do Rio Verde e dos obstáculos enfrentados pelas famílias migrantes. Segundo o historiador, após dois anos de fracassos nas safras, os parceiros – que sofriam preconceito devido a sua situação social, que não tinham conhecimento tecnológico ou sobre cultivo nas terras do Cerrado, e que também não conseguiram saldar os financiamentos bancários e nem possuíam maquinários para tentar investir em mais um ano – se viram obrigados a vender por preços baixos suas terras para agricultores mais capitalizados ou apenas abandoná-las. Apenas 18 famílias das 203 conseguiram persistir em seus lotes. Ocorrendo, dessa forma, um processo de concentração fundiária.

Outro ator social eram os assentados ligados a Cooperlucas, a cooperativa consistia em 50 famílias, vindas de São Paulo e ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra. As famílias receberam lotes do Incra, e a Cooperlucas – que começou a se desenvolver com o auxílio dos sulistas – ficou responsável pela área social e assistência técnica aos parceiros e posseiros. Eles realizaram obras de infraestrutura em educação, saúde e lazer, e ainda planejaram (ao lado do INCRA) o núcleo urbano do município (ROCHA, 2008). A Cooperlucas fez uma parceria com o Banco do Brasil ajudando e beneficiando as famílias que a ela estavam relacionadas. A cooperativa também firmou um acordo com a PRODECER³, Programa

³ O Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) firmado em 1985 entre os governos do Brasil e Japão tinha por objetivo

Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (ROCHA, 2008), sendo responsável pela seleção dos migrantes a serem assentados no projeto Piúva (área incorporada ao PRODECER II). Segundo Rocha (2008), os novos migrantes seriam aceitos se pudessem investir 20% do necessário com recursos próprios, de forma que o restante seria provido por financiamento, e os produtores também deveriam ter conhecimento ou interesse em investir em tecnologia.

Em razão disso, para Carvalho (2006) a migração com destino a Lucas do Rio Verde foi seletiva ao corresponder ao que Schlesinger (2013) chama de “reforma agrária elitizada”, a qual tem características presentes no município até hoje como o investimento em tecnologia, a produção agrícola voltada para exportação e a concentração da propriedade privada da terra.

A produção intensa de *commodities* está presente desde a fundação do município repercutindo na concentração da propriedade da terra o que é demonstrada pela Tabela 4 – sendo até mesmo maior do que a média nacional. Segundo Volochko (2013), do ponto de vista do projeto inicial de assentamento dos trabalhadores rurais a ideia não funcionou, mas do ponto de vista da atração de novos migrantes de famílias mais abastadas e grandes grupos agroindustriais, esse processo de colonização de Lucas do Rio Verde deu certo.

Consequentemente, com o programa PRODECER que previa atender a demanda externa de soja, os produtores locais junto da Cooperlucas, e inseridos também na administração pública municipal, avaliaram que o município podia potencializar sua produção com a implantação de empresas agroindustriais, constituindo um processo integrado de produção de grãos e produção de carne. E foi o que aconteceu, uma vez que primeiramente foram instaladas aquelas indústrias que agregam valor à soja produzindo farelo e óleo, como o Grupo Maggi, a Cargill e a Bunge. O auge da instalação de complexos agroindustriais se deu apenas no ano de 2008 com a vinda do Complexo Brasil Foods S. A.⁴ – junção das marcas Perdigão e Sadia. Portanto, a soja passou de sua exportação *in natura* para a agregação de valor enquanto

financiar pesquisas para o cultivo de soja no cerrado matogrossense.

⁴ A empresa Sadia S. A. depois de junção com a marca Perdigão se tornou Brasil Foods.

⁵ É Brasil Foods S, A., o processo de fusão foi concluído em Dezembro de 2012.

óleo e farelo. Na década de 2000 complementou-se a integração da cadeia, com a produção de ração para rebanhos que são abatidos e transformados em mercadorias processadas industrialmente, como por exemplo, lasanhas industriais.

Essas transformações nos usos da soja – enquanto principal produto da região – implica também em mudanças na ocupação demográfica do município que é parecido com o relatado no Centro-Oeste, mas que também é potencializado por acontecer em um período de tempo mais curto.

Tabela 3 – População total, urbana e rural nos anos 1991, 2000 e 2010, e crescimento anual da população, por localidade.

Localidade	População e Crescimento Anual														
	Total					Urbano					Rural				
	1991	%	2000	%	2010	1991	%	2000	%	2010	1991	%	2000	%	2010
Centro-Oeste	9.427.601		11.636.728		14.058.094	7.663.122		10.092.976		12.482.963	1.764.479		1.543.752		1.575.131
		1,6		1,2			3,1		2,1			1,2		0,2	
Mato Grosso	2.027.231		2.504.353		3.035.122	1.485.110		1.987.726		2.482.801	542.121		516.627		552.321
		2,4		1,9			3,3		2,2			0,4		0,7	
Alto Teles Pires	50.839		101.937		191.228	29.822		75.843		159.607	18.656		26.094		31.621
		8,0		6,5			10,9		7,7			3,8		1,9	
Lucas do Rio Verde	6.693		19.316		45.556	4.332		16.145		42.455	2.361		3.171		3.101
		12,5		9,0			15,7		10,2			3,3		0,2	

Obs.: Em vermelho o que representa a tendência ao decréscimo da população devido a taxa negativa. Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em Lucas do Rio Verde o aumento populacional ocorre principalmente entre 2000 e 2010, em termos de volume. Contudo, entre 1991 e 2000 a população quadruplicou, mas que nessa década o volume populacional era menor. Até a década de 1990 a produção de grãos não era tão atrativa para a migração quanto o emprego em complexos industriais se mostrou na década seguinte. Isso porque a economia da década de 1990 estava centrada na produção agrícola de soja e milho que são mecanizadas e não necessitam de mão-de-obra nos moldes que acontece na década de 2000 com a economia alicerçada na agroindústria, tendo em vista que esta é altamente demandante de mão-de-obra e atrai pessoas para principalmente para residir nas áreas urbanas. Além de que, mesmo uma parte significativa dos trabalhadores rurais reside no urbano. Nesse sentido, destaca-se que o aumento populacional

ocorreu na área urbana do município. Destaca-se, portanto, que em 2010 Lucas do Rio Verde apresenta um grau de urbanização maior do que de todas as localidades apresentadas no Gráfico 1.

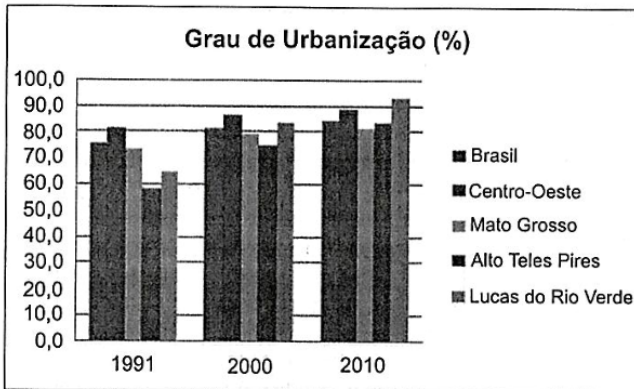


Figura 2 – Grau de Urbanização por Localidade.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A urbanização seria uma característica dessa fronteira específica do norte do Mato Grosso. A acelerada urbanização se tem um efeito econômico de concentração e atração tanto de capitais como de força de trabalho nova – o que para Volochko (2013) significa em Lucas do Rio Verde a chegada de migrantes não mais tanto da região Sul e sim da região Nordeste –, tornando possível a abertura de uma nova fronteira (VOLOCHKO, 2013). Carmo e Lombardi (2012) têm uma opinião parecida quanto à urbanização, e apontam que o fato de a população habitar áreas urbanas, ter uma produção agrícola importante e focada nos grãos, com a concentração do rural em poucos produtores, configura a fronteira no município como uma fronteira urbana baseada na tecnologia e com uma cadeia de produção completa e fechada na microrregião. Carmo e Lombardi (2012) apontam que a cadeia produtiva na microrregião é fechada e completa, os autores afirmam que cada um dos municípios de Alto Teles Pires fica responsável em suprir algumas das atividades necessárias para o fortalecimento da agroindústria da carne e da soja.

A produção de grão continua a ser protagonista no cenário econômico luvirdense, uma vez que dos 364 mil hectares da área total do município, calcula-se a partir dos dados da Tabela 7, que 92,94% dele estão ocupados pelas lavouras de soja e milho. A área plantada e a quantidade produzida de milho e soja na microrregião de Alto Teles Pires e no município de Lucas do Rio Verde só aumentaram entre 1990 e 2012, conforme demonstra na Tabela 4:

Tabela 4 – Área Plantada e Quantidade Produzida de Soja e Milho por Localidade (1990 a 2012).

		Área plantada (ha)			
		1990	2000	2010	2012
Brasil	Milho	12.023.771	14.182.486	12.648.005	12.249.101
	Soja	11.584.734	11.702.919	13.693.677	23.426.756
Mato Grosso	Milho	1.461.590	1.851.659	1.948.301	2.291.105
	Soja	3.894.482	4.554.047	5.537.597	10.882.566
Alto Teles Pires	Milho	9.500	81.270	186.260	403.082
	Soja	322.821	569.800	866.000	1.785.407
Lucas do Rio Verde	Milho	2.000	36.200	71.000	146.248
	Soja	65.351	130.000	160.000	221.906
Quantidade produzida (toneladas)					
Brasil	Milho	21.341.774	36.266.951	32.321.000	35.113.312
	Soja	19.897.804	25.682.637	32.820.826	51.182.074
Mato Grosso	Milho	3.108.401	6.235.674	6.297.443	7.857.797
	Soja	6.441.323	10.008.110	15.446.445	28.652.564
Alto Teles Pires	Milho	618.973	1.226.157	1.429.672	3.483.266
	Soja	3.064.715	5.491.426	8.774.470	17.761.444
Lucas do Rio Verde	Milho	22.117	195.188	512.629	1.274.788
	Soja	579.324	1.281.596	2.697.413	5.629.699

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM).

De 2.000 hectares de área plantada de milho em 1990, passam para 146.248 hectares em 2012, e de soja vai de 65.351 hectares para 221.906, sendo produzidos atualmente mais de um milhão de toneladas de milho e mais de cinco milhões de toneladas de soja. O valor da produção é de 301.577 mil reais para milho, e de 466.199 mil reais para a soja em 2012. No PIB total do município em 2012 a agropecuária é responsável por 15,82%, à indústria

por 29,27% e os serviços por 54,82%. O que é significativo, mas diferente de 2000, quando a agricultura era responsável por 53,36%, a indústria 4,9% e os serviços 41,74%.

Os Rendimentos médios da produção de soja e milho também tiveram aumento (Tabela 5), inclusive os rendimentos mais do que dobraram em Lucas do Rio Verde. Além disso, os rendimentos médios de ambos os produtos são maiores no município quando comparado a todas as outras localidades.

Tabela 5 – Rendimento médio da produção por localidade, produto e ano.

Rendimento Médio da Produção (quilograma/hectare)							
Localidade	Produto	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Brasil	Milho	1.873	2.600	2.718	3.040	4.366	5.006
	Soja	1.732	2.199	2.403	2.230	2.947	2.637
Centro-Oeste	Milho	2.194	3.438	3.492	3.618	4.467	5.852
	Soja	1.690	2.208	2.792	2.639	3.017	3.039
Mato Grosso	Milho	2.290	2.790	2.638	3.337	4.058	5.709
	Soja	2.006	2.364	3.018	2.908	3.017	3.129
Alto Teles Pires	Milho	2.337	2.401	2.759	3.202	4.384	5.888
	Soja	1.867	2.305	3.115	3.160	3.064	3.157
Lucas do Rio Verde	Milho	2.099	2.439	3.034	3.619	4.788	6.594
	Soja	1.800	2.429	3.300	3.354	3.208	3.178

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM).

Portanto, é imprescindível salientar que com a introdução da agroindústria que aliou a cadeia carne-grãos, a importância da produção de soja e milho foi intensificada, permanecendo ainda como um dos principais produtos da economia, e dando visibilidade nacional e internacional ao município. E para o desenvolvimento da cadeia carne-grão, também foi importante investir no crescimento produtivo da pecuária. A Tabela 6 exemplificando o aumento do número de cabeças de animais de criação no município:

Tabela 6 – Número de cabeças de aves e suínos por localidade em 1990, 2000 e 2012.

Rebanhos (por cabeça)				
	1991	2000	2010	2012
Mato Grosso				
Suínos	1.039.732	834.084	2.109.979	1.789.390
Aves	7.108.625	15.946.930	41.021.664	48.013.817
Alto Teles Pires				
Suínos	30.971	131.994	958.849	861.790
Aves	283.821	264.549	15.534.488	25.075.979
Lucas do Rio Verde				
Suínos	2.865	30.861	131.801	151.350
Aves	7.161	70.863	3.405.224	3.859.359

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal.

Lucas do Rio Verde em 2012 chegou a produzir quase 4 milhões de cabeças de aves e mais de 150 mil de suínos, sendo que em 1990 essa produção não alcançava nem 6 mil cabeças de aves e 3 mil de suínos. Carmo e Lombardi (2012) expuseram que em razão da associação com a agroindústria, o crescimento do número de criação de aves e suínos tem sido tão expressivo e importante para a organização dos setores político, social e econômico da microrregião que a fronteira agrícola em Alto Teles Pires deve ser tida como uma Fronteira de expansão das atividades Avícola e Suína.

[capítulo dois]

Características Migratórias e Empregatícias do Município

2.1 Migração e emprego em Lucas do Rio Verde

Com tanto dinamismo econômico é possível notar também intensificação de outras características, como a dinâmica migratória. Para confirmar em termos numéricos essa percepção de que a migração exerce um papel considerável em Lucas do Rio Verde, a Tabela 7 mostra a Taxa de Migração Líquida, calculada tendo por base dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, levando em conta a Migração na Data Fixa, ou seja, migrante compreende o indivíduo que não morava no município cinco anos antes da entrevista.

Tabela 7 – Migração de Data Fixa por Localidade em 2005/2010¹.

Localidade	Migração					Taxa de Migração Líquida
	Imigrantes	Emigrantes	Migração Bruta	Saldo	IEM	
Mato Grosso	316.477	297.649	614.126	18.828	0,031	0,13
Alto Teles Pires	49.422	18.265	67.687	31.157	0,46	3,82
Lucas do Rio Verde	16.418	4.924	21.342	11.494	0,54	5,05

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A Taxa de Migração Líquida, maior para o município (5,05%) do que para a microrregião (3,82%) e o estado do Mato Grosso (0,13%), mede a frequência relativa da migração em determinada população. É calculada a partir da razão entre o número médio anual de migrantes registrados durante um determinado período e a população média da localidade. Nesse caso, a

¹ MANETTA; CAPARROZ; NOBRE, CAMARGO, GUERCIO. As especificidades da dinâmica demográfica no Centro-Oeste e nas 'cidades do agronegócio'– O caso de Lucas do Rio Verde (MT). III Seminário da linha de pesquisa em População, Ambiente, Espaço e Sustentabilidade. NEPO: Unicamp, 2013.

Taxa de Migração Líquida de Lucas do Rio Verde é significativamente maior do que a apresentada pelo estado do Mato Grosso.

Com o Índice de Eficácia Migratória “é possível obter o padrão de redistribuição da população e seu direcionamento, além de capturar melhor as mudanças nos padrões de fluxos populacionais em relação ao tempo e espaço” (DA CUNHA, 2014). O índice é calculado através da divisão do saldo migratório pela migração bruta, e varia de -1 a 1. Os resultados que estejam entre -1 e -0,12 são áreas de perdas migratórias, de -0,12 a 0,12 são localidades de *rotatividade migratória*, e de 0,12 a 1 compreendem áreas de retenção (BAENINGER, 2008). Portanto, Lucas do Rio Verde e Alto Teles Pires são áreas de retenção e o Mato Grosso é uma local de rotatividade. Então, na Tabela 07 é possível notar que Lucas do Rio Verde tem atraído mais migrantes do que as outras duas localidades, perdendo poucos cidadãos na emigração.

Para saber mais sobre o quadro migratório no município foi utilizado o *survey* sobre Lucas do Rio Verde construído em 2009 pelo grupo de pesquisa em População e Ambiente do NEPO, no contexto do projeto “Desflorestamento da Amazônia e a Estruturadas Unidades Domésticas” no qual foi aplicado em 500 domicílios um questionário com questões relativas à migração, consumo e vida reprodutiva. Das 1.733 pessoas das quais se capta informações através da aplicação de questionário nos domicílios, apenas 227 (13,3%) nasceram em Lucas do Rio Verde, 1.070 (62,6%) são naturais de outro estado e 413 (24,2%) nasceram no Mato Grosso, mas em outro município. Das “donas” (mulheres de referência dos domicílios), o último município de residência de 37,6% eram municípios do Mato Grosso, 16,4% residiam anteriormente no Paraná e 9,6% no Rio Grande do Sul. Quanto aos “donos” (homens de referência dos domicílios), a proporção segue a mesma tendência, 34,6% estavam morando anteriormente em outros municípios do Mato Grosso, 17,6% residiam no Paraná e 8% no Rio Grande do Sul. É interessante que os estados do Sul do país sejam os estados com maior participação relativa como último local de residência dos responsáveis pelos domicílios entrevistados de 2009, porque, como apontado anteriormente, os sulistas foram importantes na fundação do município. Inclusive, nas áreas mais antigas de Lucas do Rio Verde se encontra importantes referências ao sul, em especial, destinado ao “gaúcho” (designação dada aos migrantes do sul do país, aqueles vistos como

desbravadores e construtores da cidade), os quais estão, por exemplo, nos nomes das ruas e avenidas (Rua Pato Branco, Avenida Rio Grande do Sul), e nos nomes dos estabelecimentos (Restaurante Paraná).

No entanto, para Volochko (2013), a tendência é que a migração com destino à Lucas do Rio Verde seja cada vez relativamente maior de pessoas com última residência no Norte e Nordeste do país.

Através de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, utilizando Migração na Data Fixa, podemos observar na Figura 2 a estrutura etária dos imigrantes em Lucas do Rio Verde, na microrregião de Alto Teles Pires e no estado do Mato Grosso.

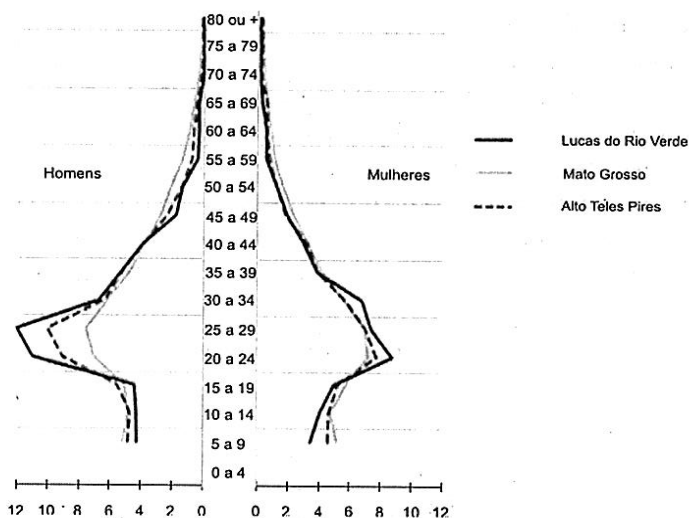


Figura 3 – Gráfico de Estrutura Etária dos Imigrantes por Localidade em 2005/2010².

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

² MANETTA; CAPARROZ; NOBRE, CAMARGO, GUERCIO. As especificidades da dinâmica demográfica no Centro-Oeste e nas 'cidades do agronegócio' - O caso de Lucas do Rio Verde (MT). III Seminário da linha de pesquisa em População, Ambiente, Espaço e Sustentabilidade. NEPO: Unicamp, 2013.

Com o Gráfico 2 é possível perceber que Lucas do Rio Verde tem uma proporção relativa de migrantes marcada por um grupo em específico que segue a mesma tendência da microrregião e do estado, só que nesses dois é mais tênue do que no município. O peso relativo maior dos grupos etários entre 19 e 30 anos é um efeito característico dos processos migratórios na estrutura etária. Os imigrantes de Lucas teriam uma proporção relativa maior de homens durante a idade economicamente ativa, devido ao efeito seletivo da migração, que atraiu para o município um conjunto expressivo de jovens adultos do sexo masculino. Nota-se que o pico se inicia na faixa etária dos 15 aos 19 anos e começa a cair na faixa dos 30 aos 34 anos, mas permanece expressivo até o período dos 45 aos 49 anos. As mulheres imigrantes também têm a maior proporção nessas faixas etárias, no entanto, a imigração masculina é mais volumosa em termos relativos.

Confirma-se essa observação calculando a Razão de Sexos (considerando Migração na Data Fixa, ou seja, aquele cidadão que não estava no município em 2005), uma vez que se tem o resultado de 124,2 para migrantes e 104,8 para não-migrantes. Nas duas situações, razão de sexo para migrantes e para não-migrantes, a proporção relativa de homens é maior, contudo, para os migrantes na Data Fixa esse número é bem superior, demonstrando que nesse momento a migração com destino a Lucas do Rio Verde é mais atrativa para o sexo masculino.

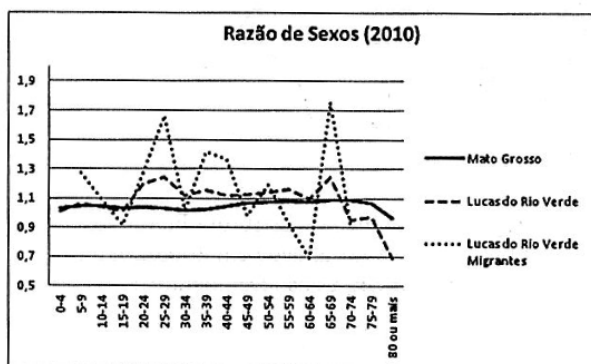


Figura 4 – Gráfico das Razões de Sexos, por localidade, em 2010.

Fonte: Censo Demográfico de 2010, IBGE.

O Gráfico 3 evidencia que a proporção relativa de homens é maior em Lucas do que a média do Mato Grosso, principalmente, entre 15 e 34 anos e entre 60 e 69 anos. A Razão de Sexos da população migrante (Data – Fixa) segue um comportamento parecido da população residente do município, com exceção do grupo de 55 a 60 anos. Os dados para os setores de trabalho formais do município também demonstram uma proporção maior de ocupação dos postos de trabalho por homens, como ilustra a Tabela 08.

Tabela 8 – Ocupação dos setores formais de Lucas do Rio Verde por sexo em 2013.

	Setores Formais		
	Masculino	Feminino	Total
Extração mineral	7	7	14
Indústria de Transformação	3.739	2.084	5.823
Construção Civil	888	82	970
Comércio	3.069	2.036	5.105
Serviços	2.028	1.744	3.772
Administração Pública	505	983	1.488
Agropecuária	1.533	411	1.944

Fonte: Dados RAIS, Ministério do Trabalho.

No mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde, o número de empregos formais por sexo e setor da economia em dezembro de 2013 demonstra que existem mais homens do que mulheres em todos os setores, menos na extração mineral – pois essa é muito reduzida e possui a mesma quantidade de ambos os sexos – e no que se refere à administração pública – na qual as mulheres ocupam mais postos do que os homens. Destaca-se a predominância da mão-de-obra masculina nos setores de transformação e comércio.

Detalhando o setor formal de Lucas do Rio Verde, com os dados do Ministério do Trabalho é possível identificar qual a variação e a admissão do

emprego formal no município a partir de 2008, momento no qual o complexo agroindustrial Brasil Foods S. A. inicia seu funcionamento, conforme expresso na Tabela 09.

Tabela 9 – Movimentação Empregatícia³ no Setor Formal⁴ por Localidade entre Janeiro de 2008 a Junho de 2014.

	Migração no Centro-Oeste								
	1986-1991			1995-2000			2005-2010		
	Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo
Mato Grosso do Sul	124.046	105.023	19.023	97.709	108.738	11.029	98.972	80.907	18.065
Mato Grosso	226.906	118.332	108.574	166.299	123.724	42.575	143.956	121.589	22.367
Goiás	268.061	156.665	111.396	372.702	169.900	202.802	363.933	156.104	207.829
Distrito Federal	195.233	143.674	51.560	216.200	188.577	27.623	190.422	175.872	14.550

Fonte: Ministério do Trabalho – Estatísticas – Perfil do Município.

³ Contempla a Indústria de Transformação: Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de bebidas; Fabricação de produtos do fumo; Fabricação de produtos têxteis; Confeção de artigos do vestuário e acessórios; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; Fabricação de produtos de madeira; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel; Impressão e reprodução de gravações; Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; Metalurgia; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Fabricação de máquinas e equipamentos; Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; Fabricação de móveis; Fabricação de produtos diversos; Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (CNAE: <http://www.cnae.ibge.gov.br/>).

⁴ Produtos alimentícios compreendem a produção de derivados de Carne; Laticínios; Conservas e Enlatados; Moagem de Grãos; Pães e Afins; Açúcar e Doces; Óleos e Gorduras; Bebidas, etc. Nos produtos derivados de carne entram os produtores de salsichas, linguiças, salames, embutidos, frigoríficos, abate e processamento de aves (CNAE: <http://www.cnae.ibge.gov.br/>).

No período entre 2008 e 2014, 88.849 admissões formais ocorreram, mas 79.153 desligamentos também foram realizados em Lucas do Rio Verde. Observa-se, portanto, grande movimentação de pessoas pelo setor, o que é uma tendência brasileira, uma vez que o tempo médio dos vínculos empregatícios tem caído no Brasil, passando de 5,5 anos em 2000 para 5 anos em 2009, segundo dados do RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Esses dados mostram o grande potencial de inserção populacional nas atividades econômicas, através dos empregos formais.

A maior concentração de empregos formais de Lucas do Rio Verde está na totalidade dos estabelecimentos da indústria de transformação (5.873), quando observamos atentamente o seu subsetor de alimentos, bebidas e álcool etílico, notamos que esse é responsável por 81,9% do número dos empregos da indústria do seu setor – nessa categoria que se insere a Brasil Foods S. A. O Comércio vem a seguir, correspondendo a 5.081 empregos em 2014, o qual é acompanhado pelo setor de Serviços com 3.907, demonstrando a expansão da diversidade de atividades no município para oferecer o necessário para a população crescente e para as atividades da agroindústria; considerando-se que Lucas do Rio Verde se tornou uma cidade industrial. A fim de ilustrar a questão, aponta-se que são 2.021 empresas atuantes instaladas em Lucas do Rio Verde em 2012, segundo as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE. E a comparação com a alocação de empregos no estado do Mato Grosso potencializa a afirmação, pois para o mesmo período, suas principais atividades formais empregadoras são os setores de serviços e comércio, e não a indústria de transformação, como acontece em Lucas do Rio Verde.

De uma forma mais ampla e complementar, ainda utilizando dados do Ministério do Trabalho, entre 2004 e 2010, é observável a abertura de um total de 8.413 novas vagas no mercado formal do município, um aumento de 198,5%. Calculando a partir dos mesmos dados, a indústria de transformação passou de uma participação de 7,3% do total de empregos formais do município em 2004 para 30% em 2010.

Segundo dados do RAIS, 14.734 pessoas economicamente ativas estavam formalmente empregadas em Lucas do Rio Verde no ano de 2010.

E como mostra a Tabela 13, 33.014 pessoas compõem o grupo residente de 15 a 64 anos do município (IBGE, Censo Demográfico de 2010). Também

há a informação, através dos dados da amostra do Censo Demográfico de 2010, de que são 25.967 pessoas economicamente ativas de 10 anos ou mais de idade e residentes em Lucas do Rio Verde que estavam exercendo alguma atividade remunerada na semana de referência da realização da pesquisa.

Tabela 10 – Composição da População de Lucas do Rio Verde em 2010.

Composição da População Residente em 2010		
	Lucas do Rio Verde	%
0 a 14	11.486	25,20%
15 a 64	33.014	72,50%
65 e +	1.053	2,30%
Total	45.556	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, 8,4% da população Migrante de Data Fixa trabalha no setor primário, 27,4% no setor secundário e 59,5% no terciário; esses migrantes totalizam em 2010 10.829 pessoas. Os não-migrantes estão alocados 12,7% no setor primário, 18,0% no setor secundário e 63,3% no terciário; composto por 24.551 pessoas. Assim, comparando as duas situações migratórias, os não-migrantes possuem uma maior proporção no setor primário e os migrantes no setor secundário. Mas ambos estão alocando em sua maioria no setor terciário.

[capítulo três]

Análise das Transformações do Espaço Urbano em Lucas do Rio Verde¹

Com o aumento populacional e o dinamismo econômico no município demonstrado no capítulo anterior, houve a necessidade de expansão de bairros antigos e a construção de novos loteamentos. O que pôde ser observado na pesquisa de campo da qual participei em abril de 2013 em Lucas do Rio Verde. Fui para campo junto dos pós-graduandos em Demografia do grupo de pesquisa em “População e Ambiente” do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/IFCH): Dr. Ismael Nobre, Mestra Carla Craice e Mestre Marcio Caparroz; sob coordenação dos professores Dr. Roberto do Carmo e Dr. Álvaro D’Antona e no âmbito do projeto “Urbanização e Processo de Ocupação Espacial do Cerrado: *follow-up* do caso de Lucas do Rio Verde”. Utilizou-se o método *follow-up* para dar continuidade à pesquisa, acompanhando a dinâmica dos domicílios amostrados em 2009 também por uma equipe de pesquisadores do grupo de pesquisa em “População e Ambiente”, visando principalmente mapear se os moradores entrevistados anteriormente permaneciam nos domicílios ou se houve o estabelecimento de um novo arranjo doméstico durante esse período.

Conseguimos alguns arquivos com a prefeitura, como os planos diretores de 2010 e 2012 do município de Lucas do Rio Verde - cedidos pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos de Lucas do Rio Verde - que mostram o sentido do crescimento do núcleo urbano no município. Observa-se que o aumento urbano ocorre como um todo, pois a cidade está crescendo para o norte, oeste e sul, uma vez que ao leste encontra-se o rio Verde, principal fornecedor de água e maior reserva ambiental do município. É importante notar que a prefeitura intenta agora direcionar o aumento urbano especialmente para

¹ Todas as imagens e documentos utilizados nesse tópico resultam de um esforço conjunto dos pesquisadores que trabalharam comigo na aplicação dos questionários na pesquisa de campo em Lucas do Rio Verde, realizada em abril de 2013: Dr. Ismael Nobre, Mestre Marcio Caparroz e Mestra Carla Craice.

a região sul, a fim de realizar um espelho da área já construída. No entanto, notamos que essa expansão adentrará as inúmeras plantações de soja e milho, além de ultrapassar o limite do Assentamento de Reforma Agrária Associação 30 de Novembro, que abriga famílias em pequenas chácaras de pouco mais de dois hectares cada uma. Pode-se visualizar essa questão pela comparação entre as áreas construídas na Figura 4, referente aos anos de 2010 e 2012:

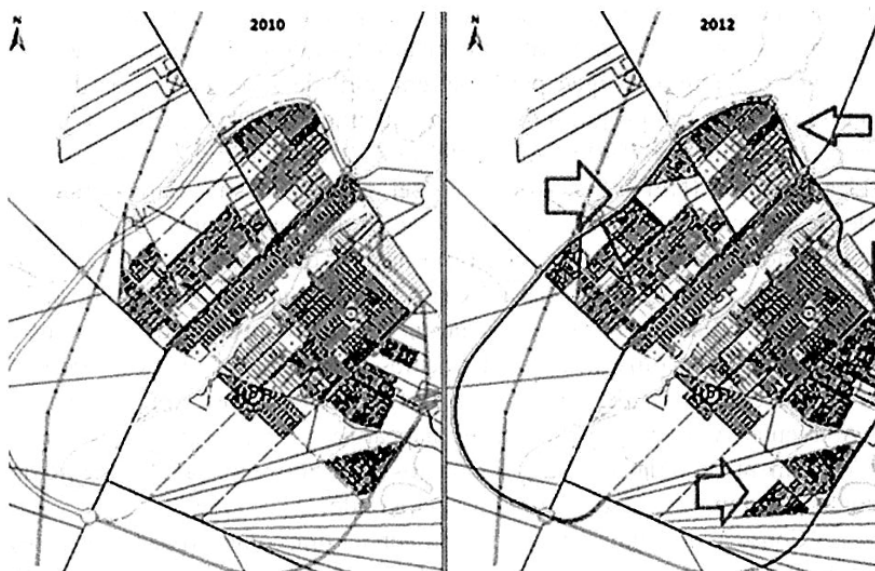


Figura 5 – Planos diretores de Lucas do Rio Verde dos anos de 2010 e 2012.
Fonte: Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – Secretaria de Obras. Dados obtidos a partir do trabalho de campo de março de 2013.

Dessa forma, embora seja possível atentar que a lavoura extensiva incluída em grandes propriedades ainda ocupe uma importante parte dessa área em branco dentro do perímetro urbano, o plano diretor demonstra a possibilidade de expansão da cidade. Um ponto relevante nesse assunto é que foram 11 novos loteamentos aprovados só para residência entre 2010 e

2012, entre eles estão loteamentos de alto padrão, como o Parque dos Buritis e Reserva da Mata, como também estão entre eles loteamentos populares.



Figura 6 – Imagem do Parque dos Buritis e da Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

Fonte: Retirada do site novoempreendimentos.com.br.
Acessado em 28/03/2013.

Os loteamentos de alto padrão estão bem localizados. Por exemplo, o primeiro loteamento fechado cujos lotes podem ser vistos na Figura 5, o Parque dos Buritis, foi construído nas proximidades do novo prédio da prefeitura de Lucas, ou seja, afastado do centro urbano e com a promessa de entrar em contato com elementos da natureza (ar fresco e belas paisagens) aliados à praticidade do urbano (fácil acesso ao centro por ruas bem pavimentadas).



Figura 7 – Imagem do Bairro Venturini em Lucas do Rio Verde.
Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

Em contraposição, na Figura 6 consta um dos loteamentos populares entregues à população, o Bairro Venturine, uma iniciativa do Programa Federal de Habitação, que possui 1.279 unidades domiciliares prontas e entregues à população. As casas possuem um modelo único e estão afastadas do centro urbano de Lucas do Rio Verde, com difícil acesso a este.

Nesse sentido, ainda se tem a primeira e a segunda fase do Residencial Jaime Seiti Fujii (atualmente o bairro está nomeado como Parque das Américas), que comportou mais de mil casas que fazem parte do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”. O vice-prefeito Miguel Vaz (PPS) anunciou em 2015 um novo projeto que construirá mais 1.500 casas, segundo informações da prefeitura de Lucas do Rio Verde. Em entrevista qualitativa com a secretária da Secretaria da Cidadania e Habitação, e o Coordenador Geral dos Projetos de Habitação percebe-se que a meta do prefeito é construir nos próximos anos mais 6.000 casas populares para abarcar o que o coordenador afirmou como uma necessidade de moradia intensificada pelo crescimento da cidade e a chegada de migrantes. Foram mais de 6.000 famílias que se cadastraram na prefeitura para participarem de programas de habitação, no entanto, apenas 3.800 famílias foram consideradas aptas por preencherem os aspectos como ter renda de um a três salários mínimos, pretensão de residir na cidade por tempo indeterminado, não ocorrência de dependência química na família que residirá nas casas, qualificação profissional, entre outros.

O Coordenador Geral dos Projetos de Habitação também apontou que em 2006 a prefeitura organizou um projeto de habitação exclusivo para os educadores de Lucas do Rio Verde - uma das casas do projeto pode ser vista na Figura 7 – que previa a construção de apenas 60 casas para funcionários da educação, porque, segundo ele, nesse momento ainda não havia muita procura por habitação no município, e os responsáveis por esses projetos do setor público também não sabiam como seria esse aumento da demanda, já que a explosão urbana veio em 2008 – sendo crucial salientar que esse é o ano em que a Brasil Foods S. A. iniciou seu funcionamento no município.



Figura 8 – Imagem de um domicílio construído em 2006 para o Programa Residencial Valorizando o Educador.

Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

Notou-se, então, que a construção de casas populares representa um mecanismo da prefeitura de evitar a favelização e manter o status de “cidade planejada”², essa ação oferece habitação para os cidadãos que se encaixam em seu modelo, e passa a ideia de existência de controle da expansão. Dessa forma, morar no centro urbano de Lucas é caro e inviável para a grande parte dos migrantes de menor poder aquisitivo. Segundo Volochko (2013), a aparência de desenvolvimento social e econômico não demonstra a forma como a situação se materializa na expansão urbana, pois essa é controlada pelo setor imobiliário privado que, de forma conjunta com o poder político, segrega os residentes. Por exemplo, o autor expõe que nas áreas periféricas do município é onde moram aqueles que são “tolerados” pela população total por serem os prestadores de serviços básicos necessários à realização das atividades

² O poder público até idealiza o município enquanto o slogan de “cidade modelo”, tanto por causa do projeto que prevê a sustentabilidade do município chamado de Lucas do Rio Verde Legal, quanto pela exposição do plano diretor elaborado em 2007 no site da prefeitura e pela remodelação estratégica da economia com a instalação de grandes complexos agroindustriais através da guerra fiscal vencida pelo governo de Lucas em relação a outros municípios da região (o que pode ser exemplificado pela instalação da empresa Brasil Foods S.A. em Lucas do Rio Verde).

cotidianas: vendedores, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, dos serviços de limpeza, dos frigoríficos, dentre outros.



Figura 9 – Imagem do Bairro Tessele Júnior.

Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

Dentro do contexto, durante a pesquisa de campo conhecemos o Bairro Tessele Júnior elucidado na Figura 9, que é o bairro construído pela empresa e para os migrantes empregados no Complexo Agroindustrial BRF, o qual possui 2.250 lotes entre residenciais, comerciais e institucionais.

Conversando com as pessoas se nota que muitos dos migrantes atraídos pela agroindústria e moradores do Bairro Tessele Júnior são originários do Pará, Maranhão, Pernambuco, e cidades do Mato Grosso. A BRF foi até essas localidades através de uma empresa terceirizada buscar mão-de-obra. No entanto, os migrantes acabam desistindo de trabalhar nessas atividades devido aos baixos salários e precárias condições de trabalho. Essas pessoas são estigmatizadas por se tratarem de uma população empobrecida e por seu local de origem. Na pesquisa de campo foi possível distinguir no discurso o preconceito regional. Os discursos demonstravam que no imaginário havia o cerne da ideia de que o migrante “gaúcho” possui o espírito empreendedor, mas os migrantes do norte e nordeste são tratados com distanciamento.

A localização do residencial da BRF e do projeto de habitação “Minha Casa, Minha Vida” demonstra segregação espacial por ser afastada tanto da empresa quanto da cidade. Como propõem Elias e Pequeno (2007) sobre as “cidades do agronegócio”, detecta-se a construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas e sem ligação direta com a malha urbana gerando desequilíbrios, exclusão, pobreza e acentuando as desigualdades socioespaciais. Essa realidade fica explícita quando observamos a imagem a seguir:



Figura 10 – Imagem de satélite do município de Lucas do Rio Verde.

Fonte: Documento coletado durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

Além disso, é marcante também a alta rotatividade de inquilinos nos imóveis do município. Na pesquisa de campo de 2013, uma moradora do Bairro Tessele Júnior expressou que as pessoas não aguentam mais trabalhar nos frigoríficos devido às condições precárias de trabalho e a salários baixos, e precisam sair do bairro Tessele Júnior, indo morar no centro, onde o preço da locação dos imóveis é maior. Por isso, ficam “rodando na cidade”.

Os dados obtidos em abril de 2013 na pesquisa de campo no município de Lucas do Rio Verde, com 500 municípios visitados, confirmam a tendência expressa pela entrevistada, pois se apurou que 59,6% dos domicílios não eram mais compostos pelos mesmos moradores entrevistados pela pesquisa de campo efetuada em 2009. E dessa porcentagem, 7,2% não se tratam mais de residências, em 13 casos os lotes deixaram de ser domicílios, em 6 situações

as construções estavam vagas, 8 casos tratou-se de ruínas, e em 9 situações constatamos que os lotes se tornaram comerciais. Dos 52,4% domicílios com novos moradores, 89 casos sabiam informar que os antigos moradores se mudaram para outra residência dentro de Lucas do Rio Verde, 16 notificaram que a mudança aconteceu em outros municípios do Mato Grosso (5 foram para Cuiabá, 2 para Nobres, e os outros foram para Feliz Natal, Rondonópolis, Nova Mutum, Sinop, Tapurah e Barra do Bu), 12 sabiam que os antigos moradores foram para estados de outras regiões (4 para São Paulo, 2 para Goiás e 2 para o Mato Grosso do Sul, também foram informadas mudanças para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Em 2013, em vários momentos nos deparamos com famílias ou pessoas que moravam há algumas semanas nos novos domicílios, mas que já iriam mudar dentro de Lucas do Rio Verde em alguns dias. Tivemos uma situação na qual um senhor morava há três dias em uma residência e no dia seguinte estaria se mudando para outro domicílio.



Figura 11 – Imagem de casa em ruínas na Rua Ronda Alta em Lucas do Rio Verde.

Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

Sendo interessante salientar que mesmo com intensa rotatividade nas casas, poucos eram aqueles que diziam estar saindo de Lucas do Rio Verde. Também foi frequente nos depararmos com domicílios que não eram mais domicílios, por estarem em ruínas – como o expresso na Figura 10, vagos, abandonados ou terem se tornado comércio.

Outro ponto significativo é que era comum o domicílio entrevistado no survey de 2009 ter se tornado comércio em 2013, mas ainda manter ou em cima do estabelecimento ou no fundo do lote alguns cômodos onde os donos moram/alugam. Observa-se ainda que o município está expandindo e oferecendo novas opções de consumo aos moradores, ao ampliar o setor de serviços e investir em marcas de refeições, vestuário, aparelhos eletrônicos e cosméticos nacional e internacionalmente conhecidas, como é o caso do estabelecimento *Subway*, inaugurado no centro urbano do município. A Figura 11 demonstra a localização do *Subway* em Lucas do Rio Verde.

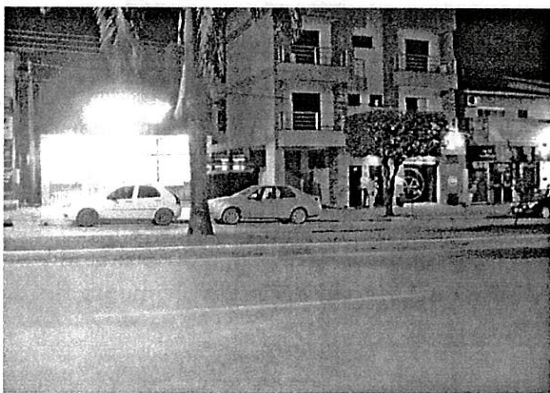


Figura 12 – Imagem do estabelecimento Subway em Lucas do Rio Verde.

Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

A cidade também começa a apresentar traços de verticalização, exemplificada pela construção de um prédio residencial de alto padrão na av. Rio Grande do Sul (centro da cidade), observa-se a imagem do edifício na Figura 13.



Figura 13 – Imagem de Prédio Residencial na Avenida Rio Grande do Sul.

Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

O trabalho de campo também evidenciou que dentro dos setores que entrevistamos houve mudanças estruturais, por exemplo, identificamos áreas de expansão. Essas ruas não existiam em 2009, quando os pesquisadores do NEPO estiveram na região para o desenvolvimento do *survey*, conforme observado na Figura 14.



Figura 14 – Imagem de áreas de expansão em Lucas do Rio Verde.

Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

Além disso, constatou-se que em todos os bairros há a presença de escolas públicas, praças com infraestrutura para lazer e prática de esportes e postos de saúde. O município de Lucas do Rio Verde também se destaca pela infraestrutura de melhor qualidade do que a observada em muitos municípios do Mato Grosso e mesmo em estados das outras regiões do país. A Figura 15 demonstra a praça localizada entre a Rua Colíder e a Ângelo Dall'Alba, nessa noite a praça estava repleta de crianças.



Figura 15 – Imagem de Praça localizada na Rua Colíder com Ângelo Dall'Alba.
Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

Contudo, houve a reclamação corrente dos entrevistados sobre a falta de médicos especialistas nesses postos de saúde; os indivíduos também relataram a falta de um hospital que conte com a realização de grandes cirurgias e contemple maior diversidade de realização de exames. A reclamação referente à falta de médicos especialistas pode ocorrer em razão do não entendimento ou da não adesão dos cidadãos residentes ao programa de saúde municipal, que estabelece a contratação de médicos generalistas para os postos de saúde construídos em todos os bairros.

Ainda percebe-se que a área central do espaço urbano é a qual possui melhores condições de infraestrutura – apesar de a infraestrutura estar presente no município como um todo –, pois é no centro onde as praças são mais cuidadas, as ruas estão constantemente tendo suas faixas pintadas, as

árvores podadas, com irrigação dos canteiros e higienização das ruas através do serviço de funcionário contratados pela Prefeitura. É nessa área que se situa o setor comercial e onde moram os residentes mais antigos. Mas é importante reafirmar que a infraestrutura de boa qualidade está presente em todos os bairros; além disso, as ruas são planejadas e desenhadas, existem grandes avenidas que mesclam o Sul e o Centro-Oeste ao se chamarem Avenida Paraná, Avenida Mato Grosso, Avenida Rio Grande do Sul (ROCHA, 2008).

Nos bairros centrais estão localizados os principais fornecedores de mercadorias e serviços, para a população e para a agroindústria. É também na área central onde se encontra pontos importantes da cidade como o primeiro jornal, o Jornal Folha Verde, a Praça do Migrante, o primeiro Banco. Esse ainda correspondeu ao setor de maior transformação do uso do lote entre 2009 e 2013 na pesquisa de campo de 2013, uma vez que existe a necessidade da ampliação da oferta de produtos e serviços voltados à produção no âmbito da cadeia carne-grãos, como apontam Elias e Pequeno (2007).



Figura 16 – Imagem de Centro de ensino na Avenida Rio Grande do Sul.

Fonte: Foto coletada durante a pesquisa de campo em abril de 2013.

No centro da cidade também foi identificado um pólo de ensino com cursos como MBA em agronegócios e agroenergia, como se observa na Figura 16. Colaborando com as afirmações de Elias e Pequeno (2007), de

que nas “cidades do agronegócio” há um direcionamento dos investimentos e das atrações de cursos/graduações/especializações que envolva o desenvolvimento do agronegócio com objetivo de continuar fortificando-o. Assim sendo, o município de Lucas do Rio Verde está cada vez mais dinâmico, experimentando inúmeras transformações no seu espaço e na sua organização social, contudo, o município também está cada vez mais dependente da agroindústria para a manutenção desse dinamismo.

[considerações finais]

O objetivo dessa monografia foi estudar de forma introdutória uma série de assuntos relacionados à dinâmica migratória no município de Lucas do Rio Verde e sua reorganização espacial posterior à introdução municipal na lógica agroindustrial durante a década de 2000, buscando, por conseguinte, perceber como a expansão da agroindústria impacta sobre a organização da ocupação do espaço urbano. A bibliografia demonstrou que Lucas do Rio Verde vem se estabelecendo em um meio cada vez mais urbano e diversificado, o qual é necessário para atender às demandas da agroindústria. À vista disso, houve um significativo crescimento econômico que desenvolveu a agropecuária, como também proporcionou e vem proporcionando novo dinamismo ao segundo e terceiro setor, o que atrai outros investimentos por parte de empresas que se beneficiam. Por exemplo, o desenvolvimento do município já era positivo com a cadeia de grãos e a agroindústria da soja, e este foi acentuado através da vinda da Brasil Foods S. A. para Lucas do Rio Verde em 2008, integrando a agroindústria carne-grão.

Lucas do Rio Verde, quando comparado a outras localidades, tem apresentado uma expressiva imigração, assim como notáveis taxas de crescimento da população. Outra situação interessante encontrada na dinâmica municipal é a intensa rotatividade de moradores nas casas entrevistadas na pesquisa de campo e seu *follow-up*.

Além disso, notou-se que o crescimento econômico é desigual no espaço e no tempo, visto que os que se beneficiam compreendem os grandes produtores agropecuários e proprietários de agroindústrias. Os migrantes de baixa renda, aqui também demonstrados pelos trabalhadores de chão de fábrica da Brasil Foods S. A., têm que se instalar longe do centro urbano e são estigmatizados pela própria população.

De forma geral, os migrantes são prioritariamente homens entre 15 e 34 anos, ainda que a migração feminina, mesmo não sendo tão numericamente recorrente nesse período quanto é a masculina, também é relevante e se localiza prioritariamente na mesma faixa etária. Consequentemente, há maior proporção relativa de homens empregados no setor formal do município.

Em suma, a produção nessa área tem obedecido à lógica do capital, na qual a expansão do capital agroindustrial do Sul e Sudeste do país tem se reconcentrado em áreas específicas que passam por intensos fluxos migratórios, expansão do espaço tido urbano, atração de mais capital por indústrias de transformação, aumentando os postos de trabalhos formais, potencializando a produção industrializada e de seus insumos como a soja (a qual implica em grandes áreas para a produção e, com isso, concentração da terra), especializando o município ao mesmo tempo em que se oferece uma cidade limpa e estruturada, mas não tão inclusiva socialmente quanto, num primeiro momento, se acredita que seja.

[bibliografia]

- ALVAREZ, M.; CARMO, L. R. do. "Expansión del cultivo de soja, salud y medio ambiente: Situación en Córdoba (Argentina) y Mato Grosso (Brasil)". In. CARMO; L. R. do; TRIMIÑO, G. J. C. (Org.). *Población y medio ambiente en Latinoamérica y el Caribe: Cuestiones recientes y desafíos para el futuro. Serie Investigaciones*, n. 6, ALAP Editora. Rio de Janeiro, 2009.
- ARANTES, Almir. *Afirmações e contradições do agronegócio nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso - região Norte do estado do Mato Grosso*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008, Caxambu. *Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 2008.
- CAMARGO, K.; CARMO, R. L. Agroindústria e Migração no Centro-Oeste: O caso de Lucas do Rio Verde. In. *SemanaCS, Campinas, 2012. Anais SemanaCS*. vol. 1, n. 1. Campinas: Publicações IFCH, 2012.
- CANO, Wilson. Reflexões sobre o Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana no Brasil. Texto para Discussão IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio 2010.
- CAPARROZ, M. Ambiente, urbanização e agroindústria: a especificidade de Lucas do Rio Verde – MT. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010. *Anais XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2010.
- CARMO, R. L; LOMBARDI, T.T.N. Fronteira agrícola e urbanização no estado do Mato Grosso: Aspectos e consequências sociais e ambientais. In: LASA 2012, San Francisco, 2012. *Latin American Studies Association Congress*, San Francisco, 2012.

- CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. *Mudanças e Conquistas: a história oral de vida de mulheres migrantes de Lucas do Rio Verde – MT 1980 – 2006*. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>.
- CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n.1, jan./jun.2006.
- _____. *A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação*. Campinas: Nepo/Pronex/Unicamp, 2002.
- DA CUNHA, Aparecido. O índice de eficácia migratória: suas raízes e seu uso na análise e interpretação dos movimentos migratórios. Seminário Observatório das migrações nordestinas, 2014.
- DELGADO, G. C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo. Ícone, UNICAMP. 1985.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007. *Anais XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Belém, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Sávierio (Org.). *Territórios e territorialidade: teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. “Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste.” In: HOGAN, D. J.;

- CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. (Org.). *Migração e ambiente no Centro-Oeste*. Campinas, NEPO/UNICAMP: PRONEX, 2002, p. 17-85.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Mas, qual reforma agrária? *Reforma Agrária*, vol. 17, n. 1, abril/julho, 1987.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. O Perfil da Agroindústria Rural do Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.
- MANETTA; CAPARROZ; NOBRE; CAMARGO; GUERCIO. As especificidades da dinâmica demográfica no Centro-Oeste e nas 'cidades do agronegócio' – O caso de Lucas do Rio Verde (MT). III Seminário da Linha de Ambiente, População, Espaço e Sustentabilidade, NEPO: UNICAMP, 2013.
- MARTINE, G. "Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola". In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes, 1987.
- ESTATÍSTICAS RAIS, In: Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/rais>.
- MONTAGNHANI; LIMA. Notas sobre o Desenvolvimento do Centro-Oeste e a Economia Brasileira. *Revista de Estudos Sociais*, v. 13, n. 26, 2011.
- MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2006.
- MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. In: *Revista Terra Livre*. N. 01, Ano 1. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. p. 06-19.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE - MT. *Plano Diretor do Município de Lucas do Rio Verde – MT: Reavaliação e Atualização*. Lucas do Rio Verde, 2007.
- PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE. Disponível em: <http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br>.
- ROCHA, B. O migrante nas tramas da cidade: a (re) construção simbólica do urbano na fronteira do rural. *Anais IX Congresso Argentino de Antropología Social*. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2008.
- SAQUET, M; SILVA, S. Milton Santos: Concepções de Geografia, Espaço e Território. *RevistaGeo UERJ*. Ano 10, v. 2, n. 18, 2008. Disponível em: www.geouerj.uerj.br/ojs.
- SABOIA. João. A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000. *Nova economia*, v. 23, n. 2, Belo Horizonte, 2013.
- SANTOS, Milton. Do meio artificial ao meio técnico-científico-informacional. In: *A Natureza do Espaço: técnica e tempo / razão e emoção*. 2. ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.
- SANTOS; BARBIERI; CARVALHO; MACHADO. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. *Texto para discussão n. 398*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SINGER, Paul. *Economia Política e Urbanização*. 3 ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

- SCHLESINGER, Sergio. *Dois casos sérios em Mato Grosso: A soja em Lucas do Rio Verde e a Cana-de-Açúcar em Barra dos Bugres*. Mato Grosso: Formad Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2013.
- SCHÜTZ, Hebert Mendes de Araújo. A expansão da fronteira agrícola e o impacto nos movimentos sociais no campo: Uma abordagem a partir dos fundamentos da questão agrária. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 106, nov. 2012.
- VOLOCHKO, D. A Centralização do Urbano na Expansão do Agronegócio: Elementos para o Debate da Urbanização de Mato Grosso. In: *Anais XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, 2013. *Anais XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, UERJ, Rio de Janeiro, 2013.